

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

17
Nov
2017

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

POLÍTICA
No Estádio

tem regras
luguêis

PEÇA AO PAPAI NOEL

Mais um Natal sem abono nos Poderes

Por mais um ano, cerca de 130 mil servidores não vão receber valor extra em dezembro

▲ **KLEBER AMORIM**
kamoreira@redgazeta.com.br

Por mais um ano, cerca de 130 mil servidores dos Três Poderes do Estado, do Ministério Público (MPES), do Tribunal de Contas (TCES) e das quatro prefeituras da Grande Vitória ficarão sem receber o abono de fim de ano.

Completam-se, assim, três anos que o benefício – considerado um bom extra em natais passados – não é pago aos cerca de 90 mil servidores ativos e inativos do governo estadual. A última vez foi em 2014, na gestão do ex-governador Renato Casagrande (PSB). O valor do abono, na ocasião, foi de R\$ 500.

“Não há previsão de pagamento de abono natalino aos servidores”, disse, em nota, a Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger).

Também há três anos os demais Poderes e instituições não realizam o pagamento. A Assembleia Legislativa alega não ter dinheiro

em caixa, este ano, para conceder o abono natalino para seus 1,5 mil servidores.

Em 2014, a Casa repassou R\$ 700 para cada funcionário. O mesmo valor foi disponibilizado aos 3,6 mil servidores do Tribunal de Justiça, aos 500 profissionais do Tribunal de Contas e aos 640 funcionários do Ministério Público, na época. Agora, em 2017, não há previsão de pagamento.

Nas prefeituras de Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica

também não há perspectiva de concessão do abono. Na Capital, o benefício não é repassado aos 12.240 servidores desde 2007, de acordo com a prefeitura, e este ano não será diferente.

Entre as quatro administrações municipais, Vitória é a que possui o maior tempo sem pagar o abono. O valor de R\$ 400 para cada servidor foi feito pela última vez ainda na gestão de João Coser (PT). “Pelo terceiro ano consecutivo, vamos antecipar o pagamento do 13º salário dos servidores, no dia 24 de novembro”, disse, em nota, a prefeitura.

Apenas o Executivo da Serra promete analisar a possibilidade de pagamento do benefício de Natal aos seus mais de 10 mil servidores. No entanto, não informou a data para uma possível decisão. O último abono pago aos servidores do município foi em 2013, no valor de R\$ 250.

Ao contrário dos Poderes e instituições do Estado, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro depositou, na última terça-feira, um valor extra de R\$ 2 mil, chamado “vale-peru”, a seus mais de 14 mil servidores.

CRISE

“O Brasil ainda sofre com a crise, e a administração tem prezado em cumprir os contratos vigentes”

PREFEITURA DE VILA VELHA, por nota

90 mil servidores

Número de funcionários do governo. Eles ficarão sem o abono de Natal.



Palácio Anchieta: Executivo tem mais de 90 mil nomes na folha de pagamento

O PAGAMENTO DO ABONO

▼ Total sem abono

No total, 133.921 mil servidores do governo do Estado, da Assembleia, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e das quatro prefeituras da Grande Vitória (Capital, Vila Velha, Serra e Cariacica) ficarão sem o abono natalino este ano.

▼ No Estado

Cerca de 90 mil servidores do Executivo estadual, entre ativos e inativos, ficarão sem o benefício. O último pagamento foi em 2014, quando o governo concedeu um abono natalino de R\$ 500.

▼ Outros casos

Também data de 2014 a última vez que o abono

de Natal foi pago. Os valores repassados aos servidores de Assembleia, TJES, TCES e MPES foi de R\$ 700.

▼ Prefeituras

Vitória e Cariacica não repassam o abono desde 2007 e 2011, respectivamente. Vila Velha e Serra não concedem o benefício desde 2013.

Mais um Natal sem abono nos Poderes

Por mais um ano, cerca de 130 mil servidores não vão receber valor extra em dezembro

Por mais um ano, cerca de 130 mil servidores dos Três Poderes do Estado, do Ministério Público (MPES), do Tribunal de Contas (TCES) e das quatro prefeituras da Grande Vitória ficarão sem receber o abono de fim de ano.

Completam-se, assim, três anos que o benefício – considerado um bom extra em natais passados – não é pago aos cerca de 90 mil servidores ativos e inativos do governo estadual. A última vez foi em 2014, na gestão do ex-governador Renato Casagrande (PSB). O valor do abono, na ocasião, foi de R\$ 500.

“Não há previsão de pagamento de abono natalino aos servidores”, disse, em nota, a Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger).

Também há três anos os demais Poderes e instituições não realizam o pagamento. A Assembleia Legislativa alega não ter dinheiro em caixa, este ano, para conceder o abono natalino para seus 1,5 mil servidores.

Em 2014, a Casa repassou R\$ 700 para cada funcionário. O mesmo valor foi disponibilizado aos 3,6 mil servidores do Tribunal de Justiça, aos 500 profissionais do Tribunal de Contas e aos 640 funcionários do Ministério Público, na época. Agora, em 2017, não há previsão de pagamento.

Nas prefeituras de Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica também não há perspectiva de concessão do abono. Na Capital, o benefício não é repassado aos 12.240 servidores desde 2007, de acordo com a prefeitura, e este ano não será diferente.

Entre as quatro administrações municipais, Vitória é a que possui o maior tempo sem pagar o abono. O valor de R\$ 400 para cada servidor foi feito pela última vez ainda na gestão de João Coser (PT). “Pelo terceiro ano consecutivo, vamos antecipar o pagamento do 13º salário dos servidores, no dia 24 de novembro”, disse, em nota, a prefeitura.

Apenas o Executivo da Serra promete analisar a possibilidade de pagamento do benefício de Natal aos seus mais de 10 mil servidores. No entanto, não informou a data para uma possível decisão. O último abono pago aos servidores do município foi em 2013, no valor de R\$ 250.

Ao contrário dos Poderes e instituições do Estado, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro depositou, na última terça-feira, um valor extra de R\$ 2 mil, chamado “vale-peru”, a seus mais de 14 mil servidores.

PAGAMENTO DO ABONO

Total sem abono

No total, 133.921 mil servidores do governo do Estado, da Assembleia, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e das quatro prefeituras da Grande Vitória (Capital, Vila Velha, Serra e Cariacica) ficarão sem o abono natalino este ano.

No Estado

Cerca de 90 mil servidores do Executivo estadual, entre ativos e inativos, ficarão sem o benefício. O último pagamento foi em 2014, quando o governo concedeu um abono natalino de R\$ 500.

Outros casos

Também data de 2014 a última vez que o abono de Natal foi pago. Os valores repassados aos servidores de Assembleia, TJES, TCES e MPES foi de R\$ 700.

Prefeituras

Vitória e Cariacica não repassam o abono desde 2007 e 2011, respectivamente. Vila Velha e Serra não concedem o benefício desde 2013.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PM expulsa presidente de associação que atuou na greve

Soldado já havia sido preso em março, mas acabou sendo liberado pela Justiça

▲ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

O comando da Polícia Militar expulsou o primeiro presidente de uma associação da categoria por participação na greve realizada em fevereiro deste ano. Trata-se do soldado Maxson Luiz da Conceição, que preside a Associação Geral dos Militares do Espírito Santo (Agem), o décimo militar expulso por atuação no movimento grevista. Pelo mesmo motivo ele chegou a ser preso em março, mas foi liberado pela Justiça.

A conclusão da Corregedoria da PM é de que, "em tese", ele desrespeitou o regimento da corporação. O primeiro ponto foi "publicar ou contribuir para que sejam publicados fatos, documentos ou assuntos que possam condecorar para o prestígio da corporação ou firam a disciplina ou a segurança". Também foi apontado que ele teve "conduta incompatível com os princípios da hierarquia, ética e valores militares", como descreve o documento.

Maxson, logo após a greve, respondia a um Procedi-



GUILHERME FERRARI - 07/02/2017



Maxson Conceição (ao lado), segundo a Corregedoria, desrespeitou o regimento da corporação durante a greve da Polícia Militar, em fevereiro

mento Administrativo Disciplinar por rito sumário (PAD-RO), destinado a policiais com menos de dez anos na corporação. Foi esta investigação que culminou em sua expulsão. Contra ele ainda pesam investigações decorrentes de crimes mili-

tares, na área penal.

O levantamento realizado pela Corregedoria relata ainda que o soldado Maxson "incitou os policiais militares ao aquartelamento por meio de vídeos e postagens em redes sociais". Em um deles teria informado que a

greve se estenderia a outros Estados. E mais, que seria desfavorável a um acordo entre o governo e os militares. "Todos esses vídeos circulam em redes sociais, estimulando e incitando a paralisação", diz o texto.

O documento conclui

que a atuação de Maxson no movimento "dificultou a negociação entre o governo e os familiares de policiais, com a intenção de fortalecer a sua associação frente a demais associações de policiais militares".

DEFESA

Para o advogado Leonardo Loiola Gama, que faz a defesa de Maxson, a expulsão do militar "é uma escolha política de quem seria acusado". Assinala que não há provas de que ele tenha incitado o movimento. "Quando tudo começou ele estava na Argentina, chegou quando os fatos já tinham começado e, por ser presidente da Agem, passou a acompanhar e noticiar o que estava acontecendo", relatou.

Além do PAD-RO, Maxson também responde a ações penais. Uma delas resultou em sua prisão. "Ele foi o primeiro a ser solto. Em sua decisão, ao conceder o habeas corpus, o Tribunal de Justiça concordou que não haviam indícios de sua participação e de sua autoria no movimento", diz o advogado que entrou com um mandado de segurança pedindo a suspensão dos efeitos do PAD-RO e da expulsão do militar.

Associação de Oficiais: expulsão é sinal de alerta

▲ Para o presidente da Associação de Oficiais da PM, tenente-coronel Rogério Fernandes Lima, a expulsão de um presidente de associação acende um sinal de alerta. "Há uma preocupação de que o mesmo possa acontecer com outros líderes de associações", pondera.

Fernandes lembra que já responde a um Inquérito Policial Militar (IPM) com base em declarações feitas por ele à imprensa. "Minha fala foi em defesa da categoria, enquanto associação de classe. Não houve incentivo à greve. Fica o receio e uma pergunta: como defender a categoria, dentro do respeito a hierarquia e disciplina, e acabar responden-

do a procedimentos administrativos", pondera.

Para o sargento Renato Martins, da Associação de Cabos e Soldados (ACS) não há motivos de preocupação. "Tenho 13 anos de PM e uma ficha excepcional. Não cometi atos ilícitos ou transgressões. Minha atuação foi com coerência e respeito à população", diz, assinalando que por esses motivos não está preocupado com punições a líderes de categoria.

CONVIDADOS

Pensa da mesma forma o presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros (Asses), capitão Paulo Araújo de Oliveira. Ele

destaca que não responde a nenhum procedimento administrativo ou IPM e que sua participação em reuniões grevistas foi por solicitação do próprio governo. "Fomos convidados, assim como a Assomes, ACS e a Abmes, a participar das reuniões de negociações com os familiares dos militares. Não tivemos nenhuma participação de liderança do movimento", assinala.

Acrescenta que o trabalho desenvolvido por ele durante a greve "foi muito transparente em relação ao movimento e as negociações. A meu ver, as entidades que participaram das negociações não tiveram nenhuma participação direta no movimento grevista", assinala.

PARALISAÇÃO E PRISÕES

GREVE

▼ Militares

Iniciado em uma unidade da PM em Feu Rosa, na Serra, o movimento grevista se estendeu por todo o Estado, durante 22 dias do mês de fevereiro.

MORTES

▼ Além de roubos e furtos

Foram registradas durante a paralisação. A estimativa é de que 219 pessoas tenham sido assassinadas durante a greve, sem contar a onda de roubos e assaltos registrados durante o período.

EXÉRCITO

▼ Apoio

Além do Exército, foram trazidos militares de outras forças para o Estado para garantir a segurança nas cidades.

PRISÕES

▼ Militares

Logo após a greve, foram detidos quatro militares acusados de liderar e incentivar o movimento. Um deles, o ex-deputado federal e militar da reserva, Lucínio Castelo de Assunção, conhecido como Capitão Assunção ainda permanece detido no Presídio localizado no Quartel da PM.

▼ Outros presos

Também foi detido o tenente-coronel Carlos Alberto Foresti; o sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva, vice-presidente da Agem; e o soldado Maxson Luiz da Conceição, presidente da Agem. Os três foram liberados nas semanas seguintes por decisão da Justiça estadual. Posteriormente, outros militares foram presos.

CARLOS ALBERTO SILVA - 07/02/2017



Militares do Exército atuaram no Estado na greve

GREVE DA POLÍCIA MILITAR

Presidente de associação expulso

Soldado Maxson, que comanda Associação Geral dos Militares do Estado, foi desligado da corporação acusado de incitar greve da PM

Leone Oliveira

Acusado de incitar o aquartelamento de militares durante a greve da Polícia Militar, o presidente da Associação Geral dos Militares do Espírito Santo (Agem), soldado Maxson Luiz da Conceição, foi expulso da corporação. A decisão da Corregedoria foi publicada no Boletim Geral da Polícia Militar (BGPM) de ontem.

Essa foi a décima expulsão de militar e a primeira de um presidente de entidade de classe da corporação acusado de envolvimento no movimento organizado pelas mulheres e familiares de PMs, que bloqueou a saída dos batalhões do Estado entre os dias 3 e 25 de fevereiro deste ano.

O Processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário (PAD-RO) aberto contra o soldado tinha como objetivo julgar a conduta do militar durante o movimento. Segundo a Corregedoria, Maxson "apresentou conduta que afetou gravemente o sentimento do dever, a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe".

De acordo com a Corregedoria, o presidente da Agem "incitou policiais militares ao aquartelamento por meio de vídeos e postagens em redes sociais, bem como, promovendo assessoramentos jurídicos, utilizando-se do advogado da associação para instruir e incitar os paradedistas em seus intuitos", difi-



MILITARES e familiares bloquearam acesso ao Quartel do Comando Geral durante greve da PM. Soldado Maxson (destaque) foi o 10º militar expulso da corporação por envolvimento na paralisação

cultando as negociações entre o Governo do Estado e familiares de militares.

O documento destacou que, quando o movimento foi iniciado, Maxson estava em viagem pela Argentina, mas ao retornar ao Estado, fez postagens nas redes sociais sobre a abrangência da paralisação e a presença de militares de outros estados no Espírito Santo para propagar a ideia em outras corporações.

Assim, a Corregedoria entendeu que, ao realizar as postagens, o soldado praticou o crime de publicar ou contribuir para que sejam publicados fatos, documentos ou assuntos militares que possam con-

correr para o desprestígio da Corporação ou fírm a disciplina ou a segurança, previsto no código da corporação e, ao fornecer assessoria jurídica às mulheres praticou conduta incompatível com os princípios da hierarquia, ética e valores militares.

“(Ele) apresentou conduta que afetou o sentimento do dever, a honra pessoal e o decoro da classe.”

Corregedoria da PM

Militar vai recorrer à Justiça

Em sua defesa, o presidente da Associação Geral dos Militares do Espírito Santo (Agem), soldado Maxson Luiz da Conceição, alegou suposta falha na contratação do médico psiquiatra e, por isso, pediu a nulidade do exame de insanidade mental feito por ele. O exame foi feito em agosto, segundo a defesa, e o profissional responsável pelo laudo foi convocado para retornar ao serviço ativo apenas em setembro.

Outro fato alegado foram as testemunhas ouvidas, que estariam

entre elas militares que participaram das negociações com Governo. Contudo, as duas alegações não convenceram a Corregedoria.

O presidente, que continua à frente da Agem até 2022, comentou a decisão e disse que vai acionar a Justiça para tentar reverter a exclusão. Maxson negou as acusações e ressaltou que acumulou elogios em sua ficha em seus nove anos de PM. “Quem perde é a sociedade e não os militares que estão sendo excluídos”, afirmou ele.

Justiça determina que estado mantenha atendimento em escolas de Alegre, ES

Decisão suspende a transferência de alunos para a rede de ensino do município e determina a reabertura das matrículas, no prazo de 72 horas.

A Justiça do Espírito Santo determinou, em caráter liminar, que o estado do Espírito Santo mantenha o atendimento em três escolas estaduais de Alegre. A decisão suspende a transferência de alunos para a rede de ensino do município e determina a reabertura das matrículas, no prazo de 72 horas.

A juíza Graciene Pereira Pinto estipulou, em caso de descumprimento da ordem, uma multa diária de R\$ 5 mil, até o limite provisório de R\$ 500 mil, atribuindo a responsabilidade pelo cumprimento da decisão ao Secretário Estadual de Educação e ao prefeito de Alegre.

Além disso, proíbe o município de Alegre de receber a transferência dos alunos para a rede municipal de ensino.

A decisão diz respeito às Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio José Corrente, no distrito de Café, Ana Monteiro de Paiva, no distrito de Anutiba e Oscar de Almeida Gama, no distrito de Araraí. De acordo com o processo, o estado do Espírito Santo e o município de Alegre assinaram, em conjunto, em março de 2017, o Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (PAES), responsável pela nucleação das escolas estaduais do Município de Alegre e municipalização dos anos iniciais do ensino fundamental, o que aconteceria no início do ano letivo de 2018 e acabaria com a oferta dos anos finais dos ensinos fundamental e médio nos distritos de Anutiba, Araraí e Café.

Para a magistrada, é verdadeira a tese do Ministério Público Estadual (MP-ES), autor da ação, no sentido de que o encerramento das atividades não respeitou o trâmite legal.

Segundo a decisão, constam dos autos ofícios do Conselho Municipal de Educação e Conselho Estadual de Educação, no sentido de que não houve qualquer consulta ou deliberação prévia dos mesmos acerca da intenção dos entes públicos.

Além disso, segundo a juíza, há numerosos abaixo-assinados e outros documentos anexados ao processo, que evidenciam a surpresa, discordância e insatisfação da população local quanto às medidas a serem implantadas.

Ainda segundo a decisão da magistrada, com o encerramento da prestação do serviço de educação pelo Estado do Espírito Santo, nos anos finais do ensino fundamental (5º a 9º ano) e ensino médio, cerca de 700 alunos, todos residentes na zona rural do Município, nos distritos do Anutiba, Araraí e Café, vão ter que se deslocar, em alguns casos, cerca de 94 quilômetros por dia até a sede desta cidade para frequentar as aulas.

No caso específico do distrito de Anutiba, o deslocamento poderia, inclusive, ultrapassar os limites territoriais de Alegre, exigindo o deslocamento dos estudantes para escolas de Muniz Freire.

A magistrada destaca, ainda, que, com a medida, praticamente todas as rotas de transporte escolar aumentariam significativamente, algumas poderiam ser duplicadas, triplicadas ou até mesmo quadruplicadas, sujeitando os alunos a percursos que podem durar até cerca de três horas (ida e volta).

Como se trata de uma decisão em caráter liminar, o processo vai seguir o trâmite normal até que seja proferida a sentença.

Justiça determina que ES mantenha escolas de ensino fundamental em Alegre, no Sul do ES

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/estv-2edicao/videos/t/edicoes/v/justica-determina-que-es-mantenha-escolas-de-ensino-fundamental-em-alegre-no-sul-do-es/6294407/>

PM expulsa presidente de associação por envolvimento em greve

Para o presidente da Associação de Oficiais da PM, tenente-coronel Rogério Fernandes Lima, a expulsão de um presidente de uma entidade de classe acende um sinal de alerta

O comando da Polícia Militar expulsou o primeiro presidente de uma associação da categoria por participação na greve realizada em fevereiro deste ano. Trata-se do soldado Maxson Luiz da Conceição, que preside a Associação Geral dos Militares do Espírito Santo (Agem). Pelo mesmo motivo ele chegou a ser preso em março, mas foi liberado pela Justiça.

A conclusão da Corregedoria da PM, é de que, em tese, ele desrespeitou o regimento da corporação. Dentre os motivos destacados está o ato de “publicar ou contribuir para que sejam publicados fatos, documentos ou assuntos que possam concorrer para o desprestígio da corporação ou firam a disciplina ou a segurança”. Também foi apontado que ele teve “conduta incompatível com os princípios da hierarquia, ética e valores militares”, é descrito no documento.

Maxson, logo após o movimento grevista, respondia a um Procedimento Administrativo Disciplinar por rito sumário (PAD-RO), destinado a policiais com menos de dez anos na PM. Foi esta investigação que culminou em sua expulsão. Contra ele ainda pesam investigações decorrentes de crimes militares, na área penal. Foi uma destas ações que resultou em sua prisão. Posteriormente ele foi liberado por outra decisão judicial.

O levantamento realizado pela Corregedoria relata ainda que o soldado Maxson “incitou os policiais militares ao aquartelamento por meio de vídeos e postagens em redes sociais”. Em um destes vídeos ele teria informado que a greve se estenderia para outros estados. E mais, que seria desfavorável a um acordo entre o Governo do Estado e os militares. “Todos esses vídeos circulam em redes sociais, estimulando e incitando a paralisação”, destaca o texto da Corregedoria.

O documento conclui ainda que a atuação de Maxson no movimento “dificultou a negociação entre o Governo e os familiares de policiais, com a intenção de fortalecer a sua associação frente as demais associações de policiais militares”, diz o texto.

DEFESA

Para o advogado Leonardo Loiola Gama, que faz a defesa do soldado Maxson, a expulsão do militar “é uma questão política, uma escolha política de quem seria acusado”. Ele assinala que não há provas de que ele tenha incitado o movimento grevista. “Quando o movimento começou ele estava na Argentina, com a esposa, chegou quando os fatos já tinham começado e, por ser presidente da Agem, passou a acompanhar e noticiar o que estava acontecendo”, relatou.

Além do PAD-RO, Maxson também responde a ações penais. Uma delas resultou em sua prisão. “Ele foi o primeiro a ser solto. Em sua decisão, ao conceder o Habeas Corpus, o Tribunal de Justiça concordou que não haviam indícios de sua participação e de sua autoria no movimento” revela o advogado.

Loiola já recorreu à Justiça, novamente, com um mandado de segurança pedindo a suspensão dos efeitos do PAD-RO e da expulsão do militar. “Não há participação dele em nenhum ato”, garante.

ESTRANHEZA

Citado no relatório da Corregedoria da PM como sendo a pessoa que, junto com o soldado Maxson, teria prestado assessoria jurídica para os militares grevistas e seus familiares, o advogado Jefferson Bregonci Nunes informou que seu contrato com a Agem foi encerrado em janeiro deste ano, antes da greve dos militares. “Não tinha nenhuma ligação com a Agem, ajudei os familiares”, relata. Na avaliação

dele, a inclusão do nome dele na investigação tinha o objetivo apenas de “expulsar o soldado”. “Não fui intermediário entre ele e o movimento das mulheres. Meu nome foi usado de maneira indevida pela PM. Vou avaliar o que farei em relação a essa situação”, informou.

ASSOCIAÇÕES

Para o presidente da Associação de Oficiais da PM, tenente-coronel Rogério Fernandes Lima, a expulsão de um presidente de uma entidade de classe acende um sinal de alerta. “Há uma preocupação de que o mesmo possa acontecer com outros líderes de associações”, pondera.

Fernandes lembra que já responde a um Inquérito Policial Militar (IPM) com base em declarações feitas por ele à imprensa. “Minha fala foi em defesa da categoria, enquanto associação de classe. Não houve incentivo à greve. Fica o receio e uma pergunta: Como defender a categoria, dentro do respeito a hierarquia e disciplina, e acabar respondendo a procedimentos administrativos”, pondera.

Para o sargento Renato Martins, da Associação de Cabos e Soldados (ACS) não há motivos de preocupação. “Tenho 13 anos de PM e uma ficha é excepcional. Não cometi atos ilícitos ou transgressões. Minha atuação foi com coerência e respeito à população”, diz, acrescentando que por esses motivos não está preocupado com punições a líderes de categoria.

Pensa da mesma forma o presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros (Asses), capitão Paulo Araújo de Oliveira. Ele destaca que não responde a nenhum procedimento administrativo ou IPM e que sua participação em reuniões grevistas foi por solicitação do próprio governo. “Fomos convidados, assim como a Assomes, ACS e a Abmes, a participar das reuniões de negociações com os familiares dos militares. Não tivemos nenhuma participação de liderança do movimento, conforme existem várias matérias e declarações de secretários”, assinala.

Acrescenta que o trabalho desenvolvido por ele durante a greve “foi muito transparente em relação ao movimento e as negociações. A meu ver, as entidades que participaram das negociações não tiveram nenhuma participação direta no movimento grevista”, assinala.

HOSPITAL INFANTIL

Novela de remédio para câncer continua

Produto está em falta há meses. Defensoria quer bloquear verba para garantir a compra

MAÍRA MENDONÇA
mmendonca@redegazeta.com.br

Com o estoque de medicamento Dactinomicina zerado, o tratamento de 11 crianças com câncer atendidas no Hospital Infantil de Vitória está cada vez mais prejudicado. A gravidade do problema, que já se arrasta por meses, levou a Defensoria Pública Estadual a iniciar mais uma batalha na Justiça contra o Ministério da Saúde.

Esta semana a instituição entrou com um pedido de bloqueio e sequestro de verba pública, a fim de garantir que a compra da medicação seja feita diretamente pelo Hospital Infantil.

A Dactinomicina é indispensável e insubstituível em determinadas quimioterapias, a exemplo do câncer nos rins. Conforme explica o defensor público do Núcleo da Infância e Juventude, Paulo Antônio Santos, a responsabilidade de comprar o medicamento é do MS, mas também pode recair sobre a Secretaria de Estado de



Hospital Infantil de Vitória: setor de oncologia não tem mais a Dactinomicina

Saúde (Sesa), a depender da decisão do juiz. O magistrado definirá o valor da verba a ser redirecionada.

Desde meados do ano passado, o Hospital Infantil vinha alertando a possibilidade de problemas futuros relacionados à falta de estoque da Dactinomicina. O hospital havia solicitado 552 frascos da medicação no primeiro semestre deste ano, mas até setembro, só recebeu 272.

Segundo informações repassadas à Defensoria pelo Hospital, recentemente, o MS remanejou 20 fras-

DESINTERESSE

“Está faltando interesse do Ministério da Saúde para resolver a situação. E o Estado poderia cobrar mais”

PAULO ANTÔNIO SANTOS
DEFENSOR PÚBLICO

cos da medicação que eram de Minas Gerais, mas esta semana o estoque ficou completamente vazio.

O pedido feito esta semana pela Defensoria faz parte de uma ação civil pública que tramita na 3ª Vara Federal. Em agosto deste ano, foi determinado que a União ou a Sesa disponibilizassem o medicamento. Já em setembro, o juiz federal da 3ª Vara Cível de Vitória, Aylton Bonomo Júnior, deu um novo prazo, citando apenas a União. Já em 18 de outubro, a Justiça intimou nominalmente o ministro da Saúde, Ricardo Barros, para esclarecer a situação, mas até agora a confirmação da intimação ainda não foi feita.

BEBÊ TEM DOENÇA RARA

Justiça manda plano pagar medicamento de R\$ 3 milhões

Gabriel, de 1 ano e 4 meses, foi diagnosticado com atrofia muscular espinhal (AME)

▲ A luta de uma mãe pela vida do filho teve uma batalha vencida. A contabilista de 29 anos Kécia Dezan Nobre conseguiu na Justiça uma liminar que obriga o plano de saúde a fornecer ao filho dela, o menino Gabriel de 1 ano e 4 meses, um medicamento que custa cerca de R\$ 3 milhões de reais. O bebê tem uma doença degenerativa que paralisa os movimentos e pode levar a morte.

Na decisão, a juíza Priscilla Bazzarella de Oliveira, da 1ª Vara da Infância e Juventude de Cachoeiro de Itapemirim, estabelece um prazo de 15 dias para que o plano de saúde deposite o valor do medicamento em conta judicial. O medicamento em questão é o Nusinersen (Spinraza), que custa mais de R\$ 3 milhões para importação e é o único que impede a progressão da doença.

A ação judicial de Gabriel foi proposta no dia 17 de outubro pela Defensoria Pública Priscila Ferreira Marques Ofrante, que está

à frente do caso. A liminar foi dada após duas tentativas de conciliação. Um dos motivos considerados pela Juíza, mencionados na ação da Defensoria, é a urgência do tratamento.

Gabriel foi diagnosticado com atrofia muscular espinhal (AME), doença degenerativa, há dois meses. A doença provoca degeneração e perda de neurônios motores. Isso faz com que ele não consiga movimentar alguns músculos e dificulta funções fisiológicas como digestão e até a respiração. Aos dois do primeiro ano de aplicação custam cerca de R\$ 3 milhões, já nos anos seguintes, o valor é de R\$ 1,5 milhões. Ele dependerá do remédio para toda a vida.

ESPERA

“Enquanto a gente espera, ele vai perdendo os movimentos, vai perdendo função dos órgãos vitais”

KÉCIA DEZAN NOBRE
MÃE DE GABRIEL

Falta fez doença voltar em paciente

▲ Devido à falta da Dactinomicina, quatro crianças precisaram encerrar o tratamento contra o câncer no Hospital Infantil de Vitória com doses pendentes da medicação. E o pior: sem receber as doses por dois meses, um outro paciente teve a doença reativada e aguarda a reposição do remédio para o novo tratamento, que já foi iniciado.

Todas essas informações foram fornecidas pelo Hospital à Defensoria Pública do Espírito Santo. O defensor Paulo Antônio Santos diz que, para justificar a falta no estoque, o Ministério da Saúde afirma que há dificuldades para importar o remédio, cuja dose custa R\$ 1 mil.

“No entanto, nós conhecemos uma família no Hospital Infantil que conseguiu comprar o remédio diretamente. Por isso, verificamos que há disponibilidade do medicamen-



Jhonatan encerrou a quimioterapia há dois meses

to”, explica Paulo.

Aos 16 anos, Jhonatan Moraes encerrou, há cerca de um mês, a quimioterapia contra o câncer no testículo. Mas hoje, fazendo apenas acompanhamento, o jovem ainda se lembra dos momentos de angústia vividos

há meses atrás, quando seu tratamento no Hospital Infantil foi suspenso por cerca de um mês pela falta da Dactinomicina.

“Hoje eu me sinto bem melhor. Mas eu já estava no fim do tratamento. Fico triste pelos que ainda es-

tão no começo e sem o remédio. Me lembro que dava medo. A qualquer momento podia chegar uma notícia boa ou ruim”, diz.

SESA

Segundo Paulo Antônio, órgãos internos da Secretaria de Estado de Saúde (Sesa) cobram o envio do medicamento por parte do Ministério da Saúde. “Nós temos acesso aos e-mails. Mas já é hora de a cobrança passar a ser feita pelos gestores”, ressalta.

Já a Sesa informa que a Dactinomicina é fornecida pelo Ministério da Saúde desde que começou a ser usada no Hospital Infantil de Vitória. “Em setembro, o Estado recebeu 40 frascos e em outubro mais 14 frascos, que foram enviados ao Hospital Estadual Infantil de Vitória. A Sesa vem reforçando junto ao Ministério da Saúde o envio do medicamento”, diz.



Gabriel vai depender do remédio por toda a vida

“Só o remédio pode parar a doença”

▲ Kécia afirma que começou a investigar o problema alguns meses depois e um exame de DNA mostrou que faltava um gene no menino, o que provocava a doença. “Assim que

ficamos sabendo, começamos fisioterapia motora e respiratória, fonoaudiólogo, hidroterapia e terapia ocupacional. Mas, só o medicamento tem o poder de paralisar a doença”.

Novela da falta de remédio para câncer continua no Hospital Infantil

Produto está em falta há meses. Defensoria quer bloquear verba para garantir a compra

Com o estoque do medicamento Dactinomicina zerado, o tratamento de 11 crianças com câncer atendidas no Hospital Infantil de Vitória está cada vez mais prejudicado. A gravidade do problema, que já se arrasta por meses, levou a Defensoria Pública Estadual a iniciar mais uma batalha na Justiça contra o Ministério da Saúde.

Esta semana a instituição entrou com um pedido de bloqueio e sequestro de verba pública, a fim de garantir que a compra da medicação seja feita diretamente pelo Hospital Infantil.

A Dactinomicina é indispensável e insubstituível em determinadas quimioterapias, a exemplo do câncer nos rins. Conforme explica o defensor público do Núcleo da Infância e Juventude, Paulo Antônio Santos, a responsabilidade de comprar o medicamento é do MS, mas também pode recair sobre a Secretaria de Estado de Saúde (Sesa), a depender da decisão do juiz. O magistrado definirá o valor da verba a ser redirecionada.

Desde meados do ano passado, o Hospital Infantil vinha alertando a possibilidade de problemas futuros relacionados à falta de estoque da Dactinomicina. O hospital havia solicitado 552 frascos da medicação no primeiro semestre deste ano, mas até setembro, só recebeu 272.

Segundo informações repassadas à Defensoria pelo Hospital, recentemente, o MS remanejou 20 frascos da medicação que eram de Minas Gerais, mas esta semana o estoque ficou completamente vazio.

O pedido feito esta semana pela Defensoria faz parte de uma ação civil pública que tramita na 3ª Vara Federal. Em agosto deste ano, foi determinado que a União ou a Sesa disponibilizassem o medicamento. Já em setembro, o juiz federal da 3ª Vara Cível de Vitória, Aylton Bonomo Júnior, deu um novo prazo, citando apenas a União. Já em 18 de outubro, a Justiça intimou nominalmente o ministro da Saúde, Ricardo Barros, para esclarecer a situação, mas até agora a confirmação da intimação ainda não foi feita.

Falta fez doença voltar em paciente

Devido à falta da Dactinomicina, quatro crianças precisaram encerrar o tratamento contra o câncer no Hospital Infantil de Vitória com doses pendentes da medicação. E o pior: sem receber as doses por dois meses, um outro paciente teve a doença reativada e aguarda a reposição do remédio para o novo tratamento, que já foi iniciado.

Todas essas informações foram fornecidas pelo Hospital à Defensoria Pública do Espírito Santo. O defensor Paulo Antônio Santos diz que, para justificar a falta no estoque, o Ministério da Saúde afirma que há dificuldades para importar o remédio, cuja dose custa R\$ 1 mil.

“No entanto, nós conhecemos uma família no Hospital Infantil que conseguiu comprar o remédio diretamente. Por isso, verificamos que há disponibilidade do medicamento”, explica Paulo.

Aos 16 anos, Jhonatan Moraes encerrou, há cerca de um mês, a quimioterapia contra o câncer no testículo. Mas hoje, fazendo apenas acompanhamento, o jovem ainda se lembra dos momentos de angústia vividos há meses atrás, quando seu tratamento no Hospital Infantil foi suspenso por cerca de um mês pela falta da Dactinomicina.

“Hoje eu me sinto bem melhor. Mas eu já estava no fim do tratamento. Fico triste pelos que ainda estão no começo e sem o remédio. Me lembro que dava medo. A qualquer momento podia chegar uma notícia boa ou ruim”, diz.

SESA

Segundo Paulo Antônio, órgãos internos da Secretaria de Estado de Saúde (Sesa) cobram o envio do medi-

camento por parte do Ministério da Saúde. “Nós temos acesso aos e-mails. Mas já é hora de a cobrança passar a ser feita pelos gestores”, ressalta.

Já a Sesa informa que a Dactinomicina é fornecida pelo Ministério da Saúde desde que começou a ser usada no Hospital Infantil de Vitória. “Em setembro, o Estado recebeu 40 frascos e em outubro mais 14 frascos, que foram enviados ao Hospital Estadual Infantil de Vitória. A Sesa vem reforçando junto ao Ministério da Saúde o envio do medicamento”, diz.

Justiça manda plano pagar medicamento de R\$ 3 milhões

A luta de uma mãe pela vida do filho teve uma batalha vencida. A contabilista de 29 anos Kécia Dezan Nobre conseguiu na Justiça uma liminar que obriga o plano de saúde a fornecer ao filho dela, o menino Gabriel de 1 ano e 4 meses, um medicamento que custa cerca de R\$ 3 milhões de reais. O bebê tem uma doença degenerativa que paralisa os movimentos e pode levar a morte.

Na decisão, a juíza Priscilla Bazzarela de Oliveira, da 1ª Vara da Infância e Juventude de Cachoeiro de Itapemirim, estabelece um prazo de 15 dias para que o plano deposite o valor do tratamento em conta judicial. O medicamento em questão é o Nusinersen (Spinraza), que custa mais de R\$ 3 milhões para importação e é o único que impede a progressão da doença.

A ação judicial de Gabriel foi proposta no dia 17 de outubro pela Defensora Pública Priscila Ferreira Marques Ofrante, que está à frente do caso. A liminar foi dada após duas tentativas de conciliação. Um dos motivos considerados pela Juíza, mencionados na ação da Defensoria, é a urgência do tratamento.

Gabriel foi diagnosticado com atrofia muscular espinhal (AME), doença degenerativa, há dois meses. A doença provoca degeneração e perda de neurônios motores. Isso faz com que ele não consiga movimentar alguns músculos e dificulta funções fisiológicas como digestão e até a respiração. As doses do primeiro ano de aplicação custam cerca de R\$ 3 milhões, já nos anos seguintes, o valor é de R\$ 1,5 milhões. Ele dependerá do remédio para toda a vida.

Justiça obriga plano a pagar tratamento para bebê de Cachoeiro

Gabriel foi diagnosticado com Atrofia Muscular Espinhal (AME), doença degenerativa, há dois meses. O remédio para início do tratamento custa R\$ 3 milhões

A luta de uma mãe pela vida do filho teve uma batalha vencida. A contabilista de 29 anos, Kécia Dezan Nobre, conseguiu na Justiça uma liminar que obriga o plano de saúde a fornecer ao filho dela, o menino Gabriel de 1 ano e 4 meses, um medicamento que custa cerca de R\$ 3 milhões de reais. O bebê tem uma doença degenerativa que paralisa os movimentos e pode levar à morte.

Na decisão, a juíza Priscilla Bazzarela de Oliveira, da 1ª Vara da Infância e Juventude de Cachoeiro de Itapemirim, estabelece um prazo de 15 dias para que o plano deposite o valor do tratamento em conta judicial. O medicamento em questão é o Nusinersen (Spinraza), que custa mais de R\$ 3 milhões para importação e é o único que impede a progressão da doença.

A ação judicial de Gabriel foi proposta no dia 17 de outubro pela Defensora Pública Priscila Ferreira Marques Ofrante, que está à frente do caso. A liminar foi dada após duas tentativas de conciliação. Um dos motivos considerados pela Juíza, mencionados na ação da Defensoria, é a urgência do tratamento.

DIAGNÓSTICO

Gabriel foi diagnosticado com Atrofia Muscular Espinhal (AME), doença degenerativa, há cerca de dois meses. A doença provoca degeneração e perda de neurônios motores inferiores da medula espinhal e do núcleo do tronco cerebral. Isso faz com que ele não consiga movimentar alguns músculos e dificulta funções fisiológicas como digestão e até a respiração.

“Começamos a desconfiar que algo estava errado naquela idade em que ele devia começar a ficar em pé, mas ele não ficava. Era muito molinho. Os médicos falavam que era normal, que era preguiça dele”, conta a mãe.

Kécia afirma que começou a investigar o problema alguns meses depois e um exame de DNA mostrou que faltava um gene no menino, o que provocava a doença.

“Assim que ficamos sabendo, começamos fisioterapia motora e respiratória, fonoaudiólogo, hidroterapia e terapia ocupacional. É tudo que existe para estimular os neurônios motores. No entanto, só o medicamento tem o poder de paralisar a doença”, explica.

Para a família, porém, a decisão judicial não é o fim. “Enquanto a gente não vir esse medicamento, não ficaremos tranquilos. Com base em outros casos que eu vejo, a gente vê que ter uma liminar não é tudo. Ninguém quer pagar a conta”, desabafa.

A mãe tem medo que os recursos e contestações atrasem mais ainda o início do tratamento, o que pode ser pior para a criança. “Os movimentos que ele já perdeu, ninguém sabe se voltarão. Enquanto a gente espera, ele vai perdendo os movimentos, vai perdendo função dos órgãos vitais”, lamenta.

As doses do primeiro ano de aplicação custam cerca de R\$ 3 milhões, já nos anos seguintes, o valor é de R\$ 1,5 milhão. Gabriel dependerá do remédio para toda a vida.

MAIS UMA MUDANÇA

REPRODUÇÃO



Ruberci Casagrande substituiu o prefeito afastado

Justiça suspende decisão e Jaguaré terá novo prefeito

RAFAEL SILVA
rfreitass@redgazeta.com.br

O juiz Leandro Cunha Bernardes da Silveira, da Vara Única de Jaguaré, suspendeu, na última terça-feira, a decisão provisória que mantinha o prefeito interino Ruberci Casagrande (DEM) à frente da prefeitura. Com isso, o presidente da Câmara de Jaguaré, João Vanes dos Santos (SDD), se tornará o novo prefeito interino. Esta será a terceira mudança no Executivo desde 2016.

Ruberci assumiu a prefeitura em abril no lugar do

prefeito afastado Rogério Feitani (PMN), que é investigado pelo Ministério Público do Espírito Santo (MPES) por ter participado em fraudes em licitação e em processo seletivo para contratação de servidores.

O prefeito interino (que era vice de Feitani) foi cassado em outubro pelos vereadores, por 9 votos a 2, sob a acusação de utilizar veículos e maquinários da administração municipal em proveito próprio e de terceiros e de ordenar despesas indevidas com verba pública.

Logo após a decisão, no mês passado, João Vanes chegou a tomar posse, mas, após uma decisão cautelar da Justiça, foi concedida uma liminar que manteve Ruberci no cargo.

Na ação, a defesa do prefeito sustentava que a Câmara não cumpriu com o rito de cassação e não respeitou o afastamento de Ruberci por licença médica, tirando-lhe o direito de defesa.

O juiz, no entanto, entendeu que o prefeito não cumpriu o acordo feito com os vereadores, para

que ele se apresentasse à Câmara assim que recebesse alta médica, para fazer sua defesa no processo de cassação.

O ato passará a ter validade assim que for publicado no Diário Oficial, o que deve ser feito até segunda-feira, de acordo com o Fórum de Jaguaré. O advogado de Ruberci, Lucas Santos, disse que não foi notificado e que, por enquanto, o demista vai continuar exercendo o cargo.

“Há outros mandados de segurança tramitando e ele vai continuar no cargo. A Câmara tem hoje maioria aliada ao prefeito Rogério Feitani, um grupo que quer a todo custo voltar ao poder”, criticou.

Desaparecimento de Thayná completa um mês. Relembre os principais fatos do caso

Depois de buscas e protestos, o suspeito foi preso no início desta semana no Rio Grande do Sul e segue em regime de prisão processual

17 de novembro de 2017. Um mês após o desaparecimento da adolescente Thayná Andressa de Jesus, 12 anos, as investigações resultaram na prisão do crime de sequestro no início desta semana. Após ser preso na manhã da última segunda-feira (13), em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Ademir Lúcio Ferreira de Araújo, de 55 anos, foi transferido para Vitória no fim da tarde de segunda. Ele chegou a capital capixaba no fim da noite de segunda.

Após o pouso, o suspeito foi levado por policiais do Grupo de Operações Táticas (GOT) para prestar depoimento na Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). Ele prestou depoimento por cerca de três horas e foi levado, posteriormente, para realizar exames de corpo e delito, no Departamento Médico Legal, em Vitória.

Na terça-feira, dia 14, Ademir foi apresentado à imprensa e permaneceu na maior parte do tempo em silêncio. Limitou-se a dizer que só dará as versões dos fatos na frente do juiz. “Só vou falar em juízo, é um direito constitucional que eu tenho”, disse Ademir.

De acordo com o delegado responsável pelas investigações, ao falar sobre o caso no início desta semana, Ademir mostrou bastante tranquilidade. Durante o depoimento, prestado na noite da última segunda-feira, ele contou que já conhecia a mãe de Thayná e que usou nomes de familiares da menina para atraí-la.

“Ele disse que conhecia, tanto que usou os nomes para atrair a menina para dentro do carro. Ele fala assim: ‘Apesar dela não se lembrar de mim, ela já namorou um amigo meu e eu a conheço. Chamei a menina, perguntei se era filha de Clemilda, aí ela relaxou e entrou no carro”, contou o delegado José Lopes.

Ademir Lúcio Ferreira está na Penitenciária Estadual de Vila Velha V, no complexo do Xuri.

Ossada

Após a ossada de uma criança ser encontrada nas proximidades de uma lagoa, localizada na região conhecida como Parque Industrial, em Viana, a perícia da Polícia Civil analisa se o material encontrado pertence à menina Thayná Andressa de Jesus, de 12 anos. Policiais civis e homens do corpo de bombeiros ficaram no local desde as 6 horas desta última sexta-feira (10) fazendo buscas para encontrar o corpo.

“Recebemos a informação que o homem [suspeito de sequestrar Thayná] usava essa área para cometer os crimes dele. Era o local onde ele levava as crianças para serem abusadas”, afirmou o delegado José Lopes, responsável pelo caso.

A ossada foi encontrada em uma região de brejo e estava espalhada. O delegado disse também que é provável que o corpo tenha sido queimado, pois houve registro de fogo na região. “Fizemos um pente fino no local e batemos todas as possibilidades. Recolhemos o material, mas os peritos que vão dizer se é da menina Thayná”, disse.

Ainda segundo o delegado, se o corpo for mesmo da jovem, ela teria sido morta logo quando desapareceu. Ele informou também que o inquérito segue em sigilo e a investigação ainda não terminou. Além

disso, o suspeito do desaparecimento da menina ainda não foi localizado. “Estamos trabalhando para tentar prender esse monstro”, destacou Lopes.

Desaparecimento

Thayná está desaparecida desde o dia 17 de outubro, quando voltava do supermercado e entrou no carro conduzido por um homem. O suspeito do sequestro foi identificado como Ademir Lúcio Ferreira Araújo. O veículo foi encontrado em Guarapari, na tarde de segunda-feira (06). Ele estava com um vendedor de queijos, que disse tê-lo comprado por R\$ 5 mil em Cobilândia, próximo à feira do bairro, em Vila Velha.

Câmeras

Câmeras de segurança de um supermercado mostraram o momento em que a menina entrou no local sozinha. As imagens, no entanto, não teriam flagrado a saída da estudante. Dias depois a polícia divulgou a foto do suspeito e as imagens de videomonitoramento que registraram quando a adolescente entrou em um carro.

De acordo com a polícia, Ademir tem passagem pela justiça por homicídio, roubo e estelionato. O suspeito estava preso e saiu em liberdade em dezembro do ano passado. O delegado José Lopes, responsável pelo caso, contou ainda que ele é suspeito também de envolvimento em um crime de abuso sexual.

Protestos

Revoltados com a demora para encontrar a menina, familiares e amigos da jovem realizaram protestos na Grande Vitória. O primeiro aconteceu no último dia 24 e eles interditaram um trecho da BR-101, em Viana. O último aconteceu na segunda-feira (6) no Centro de Vitória, onde pediram mais rapidez na solução do caso.

Além disso, alguns deles, junto com a mãe de Thayná, participaram de uma reunião, no Palácio Anchieta, com o vice-governador do Estado e com os secretários de Justiça e de Direitos Humanos. O encontro durou quase uma hora e aconteceu a portas fechadas.